



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

**UMA APROXIMAÇÃO À QUESTÃO SOCIAL NO VALE DO RIBEIRA: ESTUDO DAS
CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SAICA).**

MARIANA ROQUE PEREIRA¹

PATRÍCIA SORAYA MUSTAFA²

RESUMO:

O presente trabalho se propõe a realizar uma análise sobre a questão social e como ela se expressa na vida das famílias atendidas pelos serviços de acolhimento institucional na região do Vale do Ribeira – SP. A partir de apreensões críticas de estudiosos da temática, conceituaremos os elementos constitutivos da questão social enquanto parte inerente das relações sociais capitalistas, analisando ainda as intercessões históricas que compõem formação social brasileira. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa documental bibliográfica e pesquisa de campo nas instituições, com a realização de coleta de informações secundárias. Os determinantes sócio-históricos formam uma linha tênue com as questões que compõem a atualidade, produzindo tendências e relações que nos são particulares, aproximar-se desse movimento da realidade é construir as mediações necessárias para alcançar a totalidade e compreender as dimensões em que se configura a questão social brasileira e como ela se expressa na vida de várias famílias, aqui em especial, as atendidas pelo serviço de proteção social especial de alta complexidade.

Palavras-Chave: Questão Social; Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA); Vale do Ribeira/SP.

ABSTRACT:

The present work proposes to carry out an analysis of the social issue and how it is expressed in the lives of families served by institutional care services in the Vale do Ribeira region – SP. Based on critical

¹ Universidade Federal de São Paulo

² Universidade Federal de São Paulo

apprehensions from scholars on the subject, we will conceptualize the constitutive elements of the social issue as an inherent part of capitalist social relations, also analyzing the historical intercessions that make up Brazilian social formation. The methodological procedures involved bibliographical documentary research and field research in institutions, with the collection of secondary information. Socio-historical determinants form a fine line with the issues that make up today, producing trends and relationships that are particular to us. Getting closer to this movement of reality means building the necessary mediations to achieve totality and understand the dimensions in which it is configured. the Brazilian social issue and how it is expressed in the lives of several families, here in particular, those served by the highly complex social protection service.

Keywords: Social Issues; Institutional Reception Service for Children and Adolescents (SAICA); Vale do Ribeira/SP.

1. Introdução

Este artigo apresenta parte de pesquisa de mestrado desenvolvida na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) cujo objetivo é compreender como a questão social se expressa na vida de famílias atendidas pela política de assistência social no serviço de proteção social especial de alta complexidade. Para alcançar este propósito realizamos uma pesquisa qualitativa: bibliográfica, documental e empírica. Neste trabalho demonstraremos parte dos dados pesquisados, enfocando nas condições de vida das famílias atendidas pelos Serviços de Acolhimento Institucional (SAICA) na região do Vale do Ribeira – SP. Em que condições vivem estas famílias? Há um ponto comum entre as condições econômicas, sociais, raciais e de gênero dessas famílias cujas crianças e adolescentes estão do SAICA?

No intuito de analisar estas questões, partimos do entendimento de que a questão social é produzida e reproduzida continuamente pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, apresentaremos nesse estudo uma breve contextualização de sua gênese e constituição na sociedade brasileira, evidenciando as diferentes características e particularidades que ela assume ao longo de sua formação social. Através dessas análises, pretende-se compreender as questões estruturais dessa dinâmica social, possibilitando evidenciar quais são as condições de vida, os acessos e não acessos e como a questão social se expressa na realidade das famílias atendidas pelos SAICA na região do Vale do Ribeira – SP.

Para isso, é necessário e fundamental nos aproximarmos dos referenciais históricos, pois, somente, através da história podemos nos conectar com o passado, compreender o presente e ter

ferramentas para construir nossa identidade social. Recorrendo aos aportes da teoria social marxista procuramos desvelar o conceito de “questão social”, a partir da compreensão de que o capitalismo, não se trata de uma ordem natural, pois é essencialmente, social e histórico.

As desigualdades históricas que compõe as tramas da formação social brasileira, formam uma linha tênue com as questões da atualidade, produzindo tendências e relações que nos são particulares. Aproximar-se desse movimento da realidade é essencial para compreender as dimensões em que se configura a questão social brasileira e como ela se expressa na vida de vários indivíduos e suas famílias. No caso deste artigo das famílias atendidas pelos serviços de acolhimento institucional de municípios da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) da região do Vale do Ribeira.

2. A questão social e suas particularidades no Brasil

Para pensarmos a questão social é necessário refletirmos inicialmente sobre o sistema capitalista, partindo do pressuposto que sua emergência é intrínseca ao desenvolvimento desse sistema e das transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreram em decurso dele. Recorre-se à teoria marxista para compreender essa dinâmica, posto que o capitalismo é um sistema econômico que se baseia na propriedade privada dos meios de produção, e na busca incessante por lucro e acumulação de riquezas. De acordo com Marx (1996, p.251) a “produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção”, assim, o sistema cria um processo contínuo de expansão e acumulação de capital, apropriando-se do valor excedente criado pelo trabalhador, a partir da exploração intensiva, redução de salários e ofertas precárias de emprego. Em consequência da acumulação capitalista, tem-se a desigual distribuição de riquezas, a pauperização massiva dos trabalhadores, o aumento das desigualdades, da pobreza e miséria latente. Santos (2012), afirma que o modo de produção capitalista, não se satisfaz respondendo às necessidades humanas, sua finalidade única é a valorização do capital e a obtenção da mais-valia.

Netto (2001, p.43) evidencia que a desigualdade entre as camadas sociais não era inédita, contudo, a partir do momento em que “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza”, tem-se um novo momento na história. Com a consolidação da ordem burguesa, o proletariado vai aos poucos se organizando e reivindicando melhores



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

condições de trabalho e proteção social, “foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo se designou como ‘questão social’.” (Ibidem).

Compreende-se então, que a questão social é inerente ao modo de produção capitalista e suas refrações surgem em decorrência das relações econômicas e sociais impostas por esse sistema, expressas de maneiras diversificadas, em razão dos diferentes contextos, estágios de capitalismo e das sociedades das quais se manifesta. No contexto brasileiro, a dinâmica da acumulação primitiva foi atrelada à exploração dos povos nativos e sua condição de subordinação aos colonizadores, seus recursos naturais e mão de obra foram intensamente explorados em benefício dos grandes centros, elementos essenciais para o chamado capitalismo dependente. Assumindo características e particularidades que refletem e influenciam aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais que reverberam até os dias atuais.

Sob a ótica marxista, as categorias terra e trabalho são as bases da produção de riquezas de uma sociedade, constituindo mediações que possibilitam diversas formas de exploração e dominação. No Brasil, desde sua constituição, a terra é o maior símbolo de poder econômico e social, e foi a partir dela que o país inicia sua inserção comercial, através da monocultura e na expansão e exportação agrícola com baixos custos de produção, especialmente nas relações de trabalho escravista e na tardia transição para o trabalho assalariado. O trabalho escravo no Brasil foi uma prática que durou cerca de três séculos e meio, sendo um dos elementos fundamentais de sua formação econômica e social.

Desse modo, as relações do mundo do trabalho na formação social brasileira não se limitaram às clássicas contradições impostas sobre a relação capital x trabalho, o capitalismo monopolista aqui perpetrado, tem origem estruturante no colonialismo e no racismo³, usados como mecanismos de dominação ideológica e componente essencial da superexploração da força de trabalho.

Santos (2012), destaca que o capitalismo brasileiro, emerge na era do imperialismo, com uma fase de industrialização retardatária⁴, tem como característica a condição de atraso aos países centrais, essa posição de subalternização é evidenciada pela falta de autonomia de seu mercado, sendo historicamente conduzido por países mais desenvolvidos. A partir das hipóteses sugeridas por Netto (2005), a autora destaca três ordens de fenômenos que caracterizaram

³ Para Almeida, (2018, p.40) “o racismo é um processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade”, é uma prática dentro das relações sociais que gera exclusão, segmentação e subordinação de sujeitos.

⁴ Diferente dos países europeus que tiveram sua fase de industrialização ocorrida nos séculos XVIII e XIX, no Brasil esse processo só vem a ocorrer no século a partir do século XX.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mediações histórico-concretas da formação brasileira, sendo elas: o caráter conservador da modernização capitalista; os processos de revolução passiva; e o papel do Estado como instrumento ativo na constituição do capitalismo e opressão ao proletariado.

De acordo com a autora, a manutenção das características conservadoras “vão se refuncionalizando ao invés de serem superadas pelo processo de modernização capitalista” (Santos, 2012, p.131), enquanto os países de capitalismo central vivenciavam a modernização tecnológica dos meios de produção, o Brasil ainda passava por um processo de economia restringida, a indústria tinha a capacidade de produção limitada e as tecnologias não eram disponíveis no mercado interno, dependendo em grande parte de equipamentos e insumos importados. O Estado brasileiro passou a intervir e investir em políticas econômicas desenvolvimentistas para estimular a produção interna e reduzir as importações, fortalecendo sua presença na economia, exerceu um papel central na gestão e controle de setores estratégicos, como energia, transporte, comunicações e infraestrutura, em muitas delas através de empresas estatais e agências reguladoras.

No entanto, o formato das políticas industriais governamentais, assentadas num protecionismo indiscriminado, cria um ambiente institucional que não condiciona ou impele à modificação nos padrões de comportamento industriais [...] apenas acentua os traços mais negativos de uma burguesia industrial parasitária e acostumada a sobreviver de benevolentes favorecimentos econômicos (MACHADO, 2002, p. 43 apud SANTOS, 2012, p.102).

Os processos de “revolução passiva” brasileiro, evidenciados por Santos (2012) e Netto (2005), a partir da referência de Gramsci, indicam uma recorrente exclusão das forças populares dos processos de decisão política do país. Santos (2012), incide sobre os traços da modernização conservadora aliada ao processo de passividade da classe trabalhadora, revelados nas mudanças significativas da sociedade que ocorreram sem uma revolução explícita, cuja estratégia foi se antecipar aos movimentos “reais ou potenciais das classes subalternas”, evitando rupturas revolucionárias ou demais ameaças as elites dominantes, “o capitalismo instituiu-se por aqui tentando minimizar os “custos democráticos” decorrentes do padrão civilizacional alcançado pela luta de classes” (Santos, 2012, p.112).

Nesse cenário dá-se início às políticas populistas, por meio de adaptações e concessões feitas pelo Estado em consonância com a burguesia com avanços graduais e controlados das demandas populares, resultando em ações como as leis trabalhistas e a imposição de um



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

salário-mínimo. Fato é, que, no Brasil as frações dominantes operam, quase sempre pela via do Estado, neutralizando as pressões e ações mais radicais dos trabalhadores.

A socialização da política, na vida brasileira, sempre foi um processo inconcluso — e quando, nos seus momentos mais quentes, colocava a possibilidade de um grau mínimo de socialização do poder político, os setores de ponta das classes dominantes lograram neutralizá-lo. Por dispositivos sinuosos ou mecanismos de coerção aberta, tais setores conseguiram que um fio condutor costurasse a constituição da história brasileira: a exclusão da massa do povo no direcionamento da vida social. (NETTO, 2005, p.18).

Apesar das reformas e modernizações, a revolução passiva no Brasil resultou na manutenção ou até no aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, com as elites preservando seu controle sobre os recursos e o poder político, “os processos de revolução passiva determinam profundamente as expressões da “questão social” no Brasil posto que emolduram as lutas de classe, uma de suas mediações mais essenciais” (Santos, 2010, p.137).

O Estado brasileiro historicamente foi um grande aliado da burguesia, composta principalmente pelas grandes oligarquias agrárias, empresários, industriais, banqueiros e grandes proprietários, que sempre exerceram forte influência nas decisões políticas e econômicas do país, analisado por Netto (2005, p.19) como: “um Estado que historicamente serviu de eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos”, assumindo o papel de financiador da acumulação do capital, “foi apoiando-se na força que emana do Estado que as classes dominantes forjaram as estruturas especificamente capitalistas, do ponto de vista das relações de produção.” (Santos, 2010, p.137). Desse modo, o Estado ocupa um lugar central na política econômica do país, Santos (2010) conclui que:

Para além das óbvias consequências que a intervenção política do Estado possui no sentido de garantir as condições para o elevadíssimo grau de exploração da força de trabalho, sua participação foi central no processo de constituição de forças produtivas capitalistas em todas as fases: da transição para a industrialização restringida, depois para a industrialização pesada até consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, após-1964. (SANTOS, 2010, p.139).

É importante frisar que no contexto histórico a “questão social” foi tratada pelo Estado brasileiro, em duas principais vias de ação: como caso de polícia ou de política. De acordo com Rosemberg (2016), a criminalização da questão social, é um fenômeno que encapsula a visão conservadora e higienista de que os problemas sociais deveriam ser tratados como questões de ordem pública e segurança, em vez de serem abordados como questões de justiça social ou econômica. Essa postura de repressão e negligência em relação aos problemas sociais foi tensionada com o processo de organização da classe trabalhadora, Santos (2012, p.140) evidencia que o aumento do conflito entre capital trabalho, especialmente nos contextos urbanos, foi o cerne das preocupações que orientou as políticas de Estado, buscando assegurar o poder e privilégio das elites, a resposta do governo foi coibir as manifestações sociais, como ameaças à ordem pública, marginalizando as organizações civis, “a luta de classes esteve, na maior parte do tempo, emoldurada por regimes políticos antidemocráticos, definindo o traço historicamente predominante das respostas do Estado e das classes dominantes à questão social”. (Santos, 2012, p.140).

O recente cenário político brasileiro protagonizou uma nova crescente conservadora com a ascensão da extrema direita no (des)governo Bolsonaro (2019-2022), permitindo que o Estado assumisse uma face neofacista que de acordo com Antunes (2022, p.60) “viu-se em condição de vociferar a plenos pulmões, exacerbando o ódio aos comunistas, o horror aos pobres e aos negros, a misoginia, o feminicídio, defendendo o extermínio de LGBTs e comunidades indígenas”. Tem-se então o avanço das contrarreformas reacionárias que causam o desmantelamento dos direitos sociais, redução do seu papel na economia, privatização de empresas estatais, redução nas medidas de regulamentações e restrições aos setores estratégicos como os agrários e fundiários, enquanto mantém uma postura mais conservadora em relação a valores sociais, culturais, e o reducionismo das políticas sociais e ambientais.

Essa ascensão da extrema direita e do neoliberalismo no país, desperta e potencializa sua histórica brutalidade na extração de mais valor, de acordo com dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania no ano de 2023 o Brasil registrou, o maior número de denúncias de trabalho escravo e análogo à escravidão de sua história contemporânea. “As contradições emergentes se apresentam: no alargamento do desemprego estrutural; nas precárias condições de trabalho; na destruição da natureza; nos níveis alarmantes de violência; na fome; na insegurança alimentar; etc.” (Souza e Teles, 2021, p.23).

É sob esses elementos conjunturais que se delineiam os contornos da sociedade brasileira, composta por uma dinâmica de relações sociais baseadas estritamente na exploração e opressão dos trabalhadores e trabalhadoras através das dimensões de classe, gênero e raça - não na mesma intensidade em cada uma delas - a questão social se expressa de maneira mais contundente em suas diversas refrações. Essa realidade é posta diariamente à maioria das famílias brasileiras que veem suas vidas atravessadas e permeadas pelos impactos da barbárie do capital. No próximo item, analisaremos como essas conjecturas se dão na região do Vale do Ribeira, território onde se delimita essa pesquisa.

3. Expressões da questão social nas famílias atendidas pelo SAICA do Vale do Ribeira - SP.

Buscando compreender como a questão social se expressa na realidade das famílias atendidas pela proteção social de alta complexidade no território do Vale do Ribeira - SP, analisaremos, aspectos sócio-históricos da região em confluência aos dados obtidos na pesquisa empírica realizada em treze⁵ serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

O Vale do Ribeira é uma região localizada entre os estados de São Paulo e Paraná, compostos integralmente por 31 municípios (9 paranaenses e 22 paulistas). Nesse estudo nos reportaremos aos municípios que compõem a área de abrangência da DRADS - Vale do Ribeira/SP, são eles: Barra do Turvo; Cajati; Cananéia; Eldorado; Iguape; Ilha Comprida; Iporanga; Itariri; Jacupiranga; Juquiá; Miracatu; Pariqueira-Açu; Pedro de Toledo; Registro e Sete Barras.

Figura 1: Localização do Vale do Ribeira.

⁵ A área do estudo é composta por quinze municípios, contudo, o município de Iporanga não participou da pesquisa por não ter nenhuma criança/adolescente acolhido e nenhuma família em acompanhamento. O município de Pedro de Toledo não executa o serviço de proteção social de alta complexidade na modalidade acolhimento institucional para crianças e adolescentes, a população dessa demanda é atendida no município vizinho (Itariri).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social



Fonte: IBGE, 2007.

A região foi uma das primeiras áreas brasileiras colonizadas pelos portugueses, segundo dados da Fundação Sistema Nacional de Análise de Dados – SEADE (2023), seu território possui 16.681 km² de extensão e uma população de cerca de 270 mil habitantes, o local é formado por importantes comunidades tradicionais, que constituem suas características heterogêneas, nela se encontram cerca de dez aldeias Guarani, e aproximadamente 50 quilombos remanescentes de escravos africanos, é composta ainda por cerca de 80 comunidades caiçaras e diversas colônias de imigrantes. A biodiversidade exuberante, dispõe da maior reserva de mata atlântica do Brasil com mais de 2,1 milhões de hectares de florestas, a região abriga o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá com diversas praias e ilhas, compreende 150.000 hectares de restinga e 17.000 hectares de manguezais.

Sua formação econômica e social se deu na era colonial, marcada pelos ciclos do ouro e do arroz teve expressiva importância a nível nacional. Neste período dá-se ênfase à predominância da mão de obra escrava nas plantações, o autor Renato da Silva Queiroz, no livro *Caipiras Negros no Vale do Ribeira* (2006), descreve a massiva presença do trabalho negro no ambiente rural, durante e após a abolição da escravidão, autor destaca que a região era reduto de vários escravos fugidos ou recém libertos, formando suas próprias comunidades, “aos ex-escravos, agora homens libertos, não restava outra opção senão a de proverem por si mesmo a sua subsistência” (Queiroz, 2006, p.39). A segunda metade do século XIX, marca também a presença intensa de imigrantes europeus e japoneses na região atraídos pelo trabalho no campo.

A ruralidade é uma importante característica do território que tem forte presença da população residindo em área rural (26,1%) com grande disparidade ao índice estadual (3,5%). De acordo com Pereira (2017), esse aspecto remonta às heranças característica da história brasileira, cuja maioria da população residia em áreas rurais por causa da maior oferta de empregos. Esse

perfil regional também está atrelado a presença de comunidades tradicionais que ainda tem como principal meio de subsistência o extrativismo.

A economia colonial e expropriadora, levam ao rápido esgotamento dos minérios, seguida do declínio das lavouras do arroz, que direcionam a região para uma grave recessão econômica. Esses ciclos históricos foram responsáveis por transformar o Vale do Ribeira em fornecedor de recursos naturais de baixo custo, seu patrimônio ambiental e cultural, assim como seu povo, foi expropriado e explorado, sem retorno expressivo ou melhorias na condição de vida da população residente.

Pereira (2017, p.33) relata que no início do século XX a região vive um intenso processo de êxodo rural, “motivado por três fatores de grande relevância: a industrialização, a concentração fundiária e a mecanização do campo”. Neste período as refrações da questão social se intensificam no país, reproduzidas sobremaneira na região do Ribeira, que na busca por melhores condições de vida, migram para as áreas urbanas, assim como aconteceu a nível nacional, as cidades não estavam preparadas para receber esse grande contingente migratório, atenuando ainda mais as situações de pobreza e desigualdades econômicas e sociais.

Entender a dinâmica socioeconômica do Vale do Ribeira é parte fundamental para compreender a realidade das famílias que procuramos evidenciar nesse estudo. Diegues (2007, p.21) ressalta que “o Vale do Ribeira tem suas raízes em um processo histórico de exploração e marginalização social, que remonta à época da colonização explorados de diversas formas, como a escravidão, o trabalho forçado e o monocultor”. Essa condição de subserviência perpetrada ao longo dos anos, sempre colocou a região num desigual patamar às demais potências do Estado, a falta de investimento aliada a outros condicionantes são implicações que determinam uma forjada condição de atraso.

Conhecida como uma das regiões mais pobres do Estado de São Paulo, apresenta elevados índices de pobreza, e desigualdade social. Se torna imprescindível destacar a contraditória realidade de uma região com abundantes fontes de riquezas naturais pareada a uma desigual condição econômica e social de seu povo, evidenciando, portanto, que esses fatores estão condicionados ao modelo econômico de padrão extrativista e agroexportador dos quais foram submetidos, levando a conclusão de que as riquezas produzidas ficam concentradas nas mãos de uma elite que enriquece cada vez mais às custas do Vale do Ribeira e de sua população.

Como vimos, a expansão capitalista e a mecanização das produções agrícolas, ocasionam uma substancial mudança nas relações de trabalho, essas novas configurações afetam



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

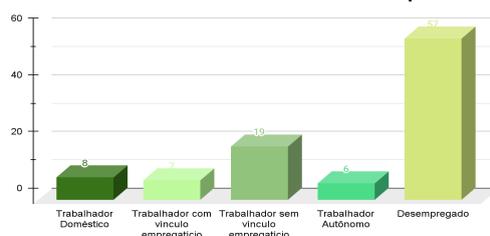
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

diretamente a região do Vale do Ribeira, pois, geram uma expressiva queda nas oportunidades ocupacionais em setores produtivos, muitos desses trabalhadores qualificados outrora, hoje, não servem mais ao capital, expulsos do mercado de trabalho lutam para se inserirem no imediato. A falta de investimentos e de infraestrutura aliados a ausência de oportunidades e postos de trabalho, além da defasagem de polos educacionais que capacitem essa mão de obra, gera um novo êxodo migratório na região, agora de jovens e adultos em busca de ofertas de empregos e qualificação profissional, que vão para os grandes centros como São Paulo, Curitiba e Santa Catarina, em busca de melhores condições de vida.

De acordo com os dados da fundação SEADE (2023), nos últimos anos houve um aumento de 8.87% no trabalho formal no Vale do Ribeira, concomitante a isso temos o rebaixamento salarial de 5.36%, o que elucida a argumentação sobre a exploração e precarização da mão-de-obra, a desvalorização salarial é reflexo da alta demanda de pessoas em busca de emprego. Ao evidenciar a realidade das famílias atendidas pela proteção social de alta complexidade, os dados coletados na pesquisa, identificam que as questões do mundo do trabalho repercutem de maneira direta na particularidade desses indivíduos. Como podemos constatar na tabela abaixo:

Gráfico 1: Situação de Trabalho – Famílias atendidas pelo SAICA – Vale do Ribeira.



Fonte: Elaborado pela autora.

Os números corroboram com as análises destacadas acima, a tragédia do desemprego afeta mais de 50,8% das famílias atendidas no SAICA, as demais 22,3% estão inseridas no mercado informal, e apenas 7 crianças e adolescentes acolhidos (6,7%) têm seus responsáveis trabalhando no mercado formal. O desemprego afeta diretamente as condições objetivas de existência e de relações sociais desses indivíduos, é uma das expressões mais latentes da questão social, impactando sobremaneira a dinâmica das famílias, na condição de pertencimento e no acirramento das desigualdades econômicas e sociais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

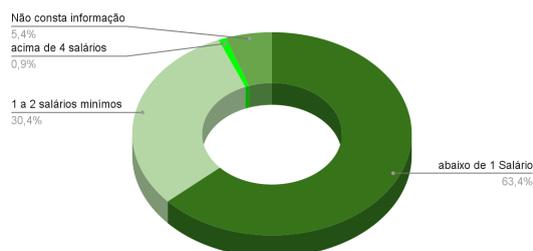
A flexibilização do mercado de trabalho no Brasil é especialmente influenciada pela questão de acesso à escolaridade da classe trabalhadora, esse quesito determina condições de maior ou menor exploração do trabalho socialmente executado. Trabalhadores com pouca escolaridade, são considerados como mão-de-obra desqualificada para diversas funções, ficando submetidos a contextos mais precarizados e mal remunerados, acentuando o desemprego e a informalidade. O acesso à educação formal, apesar de ser assegurada como direito no Brasil, ainda é privilégio para alguns, as condições objetivas de milhares de famílias pobres ocasionam um distanciamento entre e os projetos de vida a longo prazo e a realidade vivenciada.

Os dados dos responsáveis pelas crianças/adolescentes que estão sob a medida de proteção de acolhimento no Vale do Ribeira, indicam que cerca de 20,5% não tiveram acesso à educação formal, a maior parcela não completou o ensino fundamental (35,7%) e apenas 1 acolhido têm o responsável com nível superior de educação. Nos parece óbvio que a educação, principalmente para os adultos dessas famílias, ficou em segundo plano, pois tiveram que escolher entre garantir o sustento e as necessidades básicas ou frequentar a escola.

Fávero et. al. (2019, p. 76) analisa que as famílias atendidas pelo serviço de proteção especial de alta complexidade, “são aquelas que na divisão social do trabalho situam-se na condição mais precária, ou seja, aquelas que, premidas pela desigualdade social, têm uma trajetória de trabalho infantil, pouco acesso à escolarização formal, desemprego ou trabalho precário e/ou com baixa remuneração”.

A pesquisa empírica amplia essa análise considerando o acesso à renda dessas famílias, os dados apontam que mais de 63% desses núcleos que tiveram seus filhos e filhas afastadas do convívio familiar tem a renda familiar abaixo de um salário-mínimo, dos 112 formulários analisados, apenas 1 apresenta renda familiar superior a 4 salários-mínimos.

Gráfico 2: Dados de renda das famílias atendidas pelo SAICA – Vale do Ribeira.



Fonte: Elaborado pela autora.

Podemos observar que por mais que a condição de renda não seja o fator preponderante para instituir o afastamento familiar e um conseqüente acolhimento institucional, ele acaba tornando-se papel central nas determinações de condições de vida em que essas famílias estão submetidas. Rizzini e Rizzini (2004) refletem que a institucionalização de crianças no Brasil, ocorrem sobretudo em famílias pobres e que o afastamento de seus filhos e filhas por determinantes da pobreza, era uma prática comum, refletindo a visão preconceituosa da sociedade, em especial em desfavor às mulheres pobres e suas famílias às considerando incapazes de cuidar de seus filhos. A pobreza é, sem dúvidas, uma das expressões mais visíveis da questão social. Famílias pobres sempre foram alvo de ações fragmentadas e estigmatizadas, principalmente por parte do Estado, culminando quase sempre em situações de culpabilização e/ou de incapacidade protetiva de seus membros, sendo avaliadas por olhares tendenciosos e moralistas que determinam como certo ou errado seus modos de vivência.

Sobre a situação de pobreza no território pesquisado, Miyahara (2017, p.65), evidencia o Vale do Ribeira como a região mais pobre do Estado, e para a autora essa ostensiva caracterização “acaba por trazer uma identidade de pobreza ao território e às pessoas, perpetuando isso nas relações”, afirma ainda, que essa identidade foi “forjada pelas próprias relações de exploração desse território” (ibidem). Os esforços da autora, sobre essa questão em seu estudo, levam-nos a refletir sobre a aceitação da condição de pobreza como algo que nos é próprio e não como uma situação da qual fomos submetidos e que não deve ser naturalizada. Miyahara (2017) conclui, evidenciando que não nega a realidade, mas é necessário “desconstruir o estigma, destrinchar os dados e reconhecer as potencialidades históricas, sociais, artísticas, culturais e ambientais, para que essas, sim, pautem nossas ações e reflexões.” (ibidem).

Sendo assim, é necessário destacar os elevados índices de pobreza que a região apresenta, segundo os dados da SEADE (2023), cerca de 9,10% das famílias residentes no Vale do Ribeira se encontravam em situação de pobreza e extrema pobreza, superando a média estadual que figura o valor percentual de 4,7%.

Yazbek (2010, p.153), reflete sobre a figura do “pobre”, marcada “pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e alienação e sobretudo, pela resiliência aliada às estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo.” Os pobres compõem a imensa parcela da população brasileira, submersos a uma ordem social que os desqualifica, e vêm projetados nas suas realidades caracteres que os estigmatiza, criminaliza e subalterniza sua existência. Nesse



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

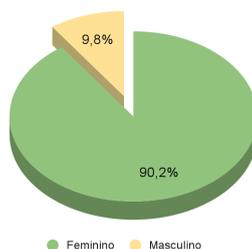
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

contexto, é inequívoco dizer que a questão social se expressa através da pobreza, a qual marca inúmeras famílias dessa região e à qual possui raça e gênero.

Sendo assim, torna-se essencial em nossa análise sobre a questão social no Vale do Ribeira, compreender as relações de exploração e opressão de uma sociedade capitalista onde a divisão sexual do trabalho, ainda impõe às mulheres relações de dominação em vários espaços, principalmente no que tange à família e mercado de trabalho. Entre os dados mais significativos, observados na pesquisa empírica, evidencia-se a preponderância da mulher na condição de responsável pela gestão do núcleo familiar⁶ e consequentemente a principal responsável pela criança/adolescente acolhida. Dos 112 formulários analisados, 101 apresentam mulheres como as responsáveis familiares, sendo 83 mães, 15 avós e 3 tias. Apenas 11 homens figuram como responsáveis pelas crianças/adolescentes em situação de acolhimento.

Gráfico 3: Gênero do responsável familiar



Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa evidencia o papel da mulher como responsável da família, 16% das crianças e adolescentes acolhidos no Vale do Ribeira, tem seus cuidados sendo executados por mulheres, neste caso em específico que não suas genitoras, como as avós e tias.

Um dado expressivo revelado na pesquisa é que 58,9% das/os responsáveis familiares, tem mais de 36 anos de idade. A condição de mulher associada à maternidade são conjunções próprias da nossa sociedade patriarcal⁷, subordinando-as às expectativas culturais e sociais, que

⁶ Sobre o conceito de família: A Constituição Brasileira de 1988 define, no Art. 226, parágrafo 4: “entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 25, traz e mesma definição, nomeando-a como família natural. Apesar de reconhecermos as definições familiares descritas nas legislações, este trabalho procura ampliar o conceito de família, compreendendo seus arranjos, suas particularidades, a diversidade de suas formações e organizações. Em consonância com o disposto no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária entende-se que a família “pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o status da pessoa dentro do sistema de relações familiares.” (BRASIL, 2006, p. 24).

⁷ De acordo com Ferreira, C. C. C.; Fagundes, G. G. (2021, p. 64) “O patriarcado é uma relação mais recente que a de gênero. Remonta cerca de sete mil anos. Consiste em uma relação de poder, orientada pelo gênero, e baseada no medo e na violência



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

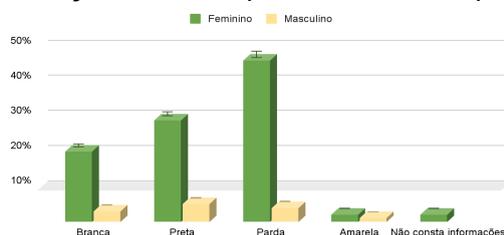
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

idealizam um papel natural e instintivo na figura da mulher, desconsiderando todas as dificuldades e complexidades imposta na realidade da criação de filhos, tal situação resulta num impacto significativo na forma como a maternidade é vivida e percebida em sociedade. Trata-se de uma questão além de histórico-cultural, sistêmica, pois, a responsabilidade desproporcional dos filhos à figura da mulher as submete ao esgotamento e sobrecarga de funções, quando inseridas no mercado de trabalho, tem sua condição materna negada, e nessas impossibilidades e dificuldades, são elas que ficam em casa para assumir a função de cuidadora, em muitos casos, cuidam dos filhos delas e de outros.

Em âmbito nacional, Feijó (2023) analisa que entre os anos de 2012 e 2022 o número de domicílios com mães solo⁸ cresceu 17,8%, figurando a marca de 11,3 milhões de mães solo no país, dessas 72,4% são de famílias monoparentais, composta apenas pela mãe e seus filhos, sem a presença de outras pessoas que auxiliem nos cuidados e provimentos do núcleo. Um estudo sobre as mulheres chefes de família no Brasil, publicado pelo DIEESE (2023), apresenta que a maior parte dos domicílios brasileiros são chefiados por mulheres, dos 75 milhões de lares, 50,8% têm liderança feminina. Desses, o quantitativo de 21,5 milhões de domicílios (56,5%) são chefiados por mulheres negras, ou seja, a cada 10 famílias chefiadas por mulheres, 6 são mulheres negras. Em consonância com as estatísticas nacionais, cerca de 67% das famílias que integram o universo da nossa pesquisa tem mulheres negras⁹ como figura de referência do núcleo. Isso representa que a cada 10 crianças/adolescentes institucionalizadas em serviços de acolhimento no Vale do Ribeira em média 8 são filhos e filhas de mulheres pretas.

Gráfico 4: Raça/Cor do responsável familiar por gênero.



(SAFFIOTI, 2015). Portanto, a categoria patriarcado incorpora relações de poder desigual e hierárquicas dos homens sobre as mulheres em diferentes sociedades”.

⁸ Para a autora “o termo “mãe solo” é mais adequado e abrangente do que “mães solteiras” para caracterizar a solidão e os desafios que as mães, sem cônjuge e com praticamente nenhuma rede de apoio, enfrentam no dia a dia para cuidar de seus filhos. O solo não se refere apenas a ausência de um cônjuge, mas sim ao fato de todas as responsabilidades recaírem unicamente sobre a mãe.” (FEIJÓ, 2023, n.p.).

⁹ A compreensão de "preto" e "pardo" como "negros" é utilizada na análise dessa pesquisa, tal abordagem busca apreender o conceito “raça” para melhor refletir a discriminação, preconceito e exclusão enfrentadas no racismo. Essa categorização é particularmente importante para políticas públicas, estatísticas e ações afirmativas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisarmos a formação social do Vale do Ribeira fica intrínseco às relações de exploração ao decorrer de sua história, essas condições estruturantes delimitam a realidade social contemporânea. Há de considerar obrigatória a observância de que a região ainda é composta por dezenas de comunidades descendentes de escravos africanos. A questão racial é uma das dimensões mais presentes na história da sociedade brasileira, que teve sua origem assentada sob um processo de dominação por meio da hierarquização racial, suas raízes violentas marcaram uma organização social que se estruturou sobre o trabalho escravo, a abolição hipertardia e não planejada que acentuou o preconceito, o racismo e suas condições de trabalho e vida.

O racismo, apesar de ser um fenômeno de escala mundial, tem nas particularidades da formação social brasileira, contornos específicos que contribuíram e ainda contribuem significativamente para a construção e disseminação de ideologias de superioridade racial, alicerçados sob o patriarcado, sexismo, dominação política e econômica, sendo responsável por uma série de práticas e discursos que reverberam ainda mais na condição de mulher, preta e pobre, como é o caso dos indivíduos da nossa pesquisa. A majoritária parcela das famílias atendidas pelo serviço de proteção social de alta complexidade são de mulheres pretas, desempregadas, em situação de pobreza, sem acesso a educação formal, assim, constata-se a legitimação da histórica falta de acessos aos quais essa população ainda está exposta.

CONCLUSÃO

Após as análises aqui realizadas, nos parece evidente que no caso brasileiro, o capitalismo assume características e particularidades próprias, nossa formação sócio-histórico-cultural contribuiu substancialmente para o engendramento de uma sociedade fundada sob um capitalismo-racismo-patriarcado que utilizou diversas formas de dominação e exploração contra seu povo, criando padrões e tendências que influenciam nosso presente e o futuro.

As marcas profundas e estruturantes, das raízes coloniais conservadoras e violentas, constituem os elementos base de uma sociedade submersa às mais diversas contradições sociais, essas heranças do passado estão presentes nas manifestações cotidianas da questão social, expressas na economia periférica e dependente, assim como, na latência da pobreza, desemprego estrutural e conjuntural, no preconceito, racismo, desigualdades de gênero e classe,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dentre outras dimensões, tão presentes na contemporaneidade e personificadas na vida de milhares de indivíduos.

Os dados obtidos na pesquisa revelam como a questão social se expressa na vida das famílias atendidas pelo SAICA, o que evidencia que ainda os serviços de acolhimento da infância e juventude são voltados para as famílias mais pobres, às quais tem cor (os negros) e cujos responsáveis são na sua maioria as mulheres. Isso revela que estas famílias ao longo do tempo não deixaram de ser superexploradas, oprimidas e também desprotegidas pelo Estado.

Como assistentes sociais nos cabe entender com profundidade estas questões, evidenciá-las, problematizá-las, a fim de pensar como a questão social, todavia, se particulariza no Brasil, nos territórios, raça, gênero, e como enfrentar estas questões, a fim de romper com este ciclo, e a fim de que os SAICAs sejam serviços cada vez menos necessários em nosso país, uma vez que ao proteger as famílias, se protege a criança e ao adolescente e se impede que sejam separados de suas relações mais próximas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. da S. **Desproteção social no âmbito da dinâmica dos serviços do SUAS: estudo a partir da realidade cotidiana das famílias atendidas no CREAS**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social), Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2016.

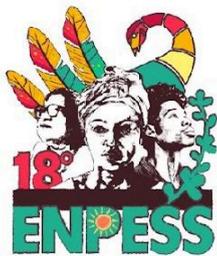
ANTUNES, R. **Capitalismo Pandêmico**. São Paulo, Boitempo: 2022

DIEGUES, A. C. **O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população**. Universidade de São Paulo, SP: 2007.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher** Março - 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf> Acesso em: 05 de junho de 2024.

FÁVERO, E. T. (Org.). **Famílias na cena contemporânea: (des)proteção social, (des)igualdades e judicialização**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FEIJÓ, J. **Mães solo no mercado de trabalho**. Blog do IBRE – Fundação Getúlio Vargas, 2023 Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 03 de maio de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

FRAGA, L. **Brasil registrou maior número de denúncias de trabalho escravo da história em 2023.** GloboNews - Brasília, 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/05/brasil-registrou-maior-numero-de-denuncias-de-trabalho-escravo-da-historia-em-2023-diz-governo>>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

MARX, K. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MIYAHARA, H. S. **Perspectivado meio fio:** entre direitos sociais e as histórias de vida da população em situação de rua na região do Vale do Ribeira - SP. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2017.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do serviço social no Brasil pós 64 - 8. ed. - São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. **Cinco Notas à Propósito da “Questão Social”.** Temporalis, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, 2001

PEREIRA, M. dos. S. **Trajetórias Socio territoriais:** entre necessidades habitacionais a intervenção do estado na produção da segregação socioespacial. 2017. Mestrado. (Dissertação em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2017.

QUEIROZ, R. da. S. **Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica.** São Paulo: Edusp, 2006.

RIZZINI, I; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROSEMBERG, A. **“A questão social é um caso de polícia”:** da tragédia à farsa, uma ponte entre a Primeira República e o século XXI. Revista Hydra, vol. 1, n. 2, 2016.

SOUZA, C. L. S. de.; TELES, H. **PRESSUPOSTOS PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICO-ESTRUTURAL DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL.** Temporalis, v. 21, n. 42, p. 44–61, 2021.

SANTOS, J. S. **“Questão Social” particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “Questão Social” no Brasil:** Elementos para o debate. Temas e Matizes, v. 9, n. 17, p.125–150, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temase-matizes/article/view/4707>. Acesso em: 23 abril de 2024.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Banco de Dados de Informações dos Municípios Paulistas,** 2023. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

YAZBEK, M. C. **Serviço Social e Pobreza.** Katálysis, Florianópolis, v.13, n.2, p. 153-154, 2010.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**